REVISTA DA
UNIVERSIDADE ESTADUAL DE FEIRA DE SANTANA

SITIENTIBUS

URBANIZAÇÃO NA BAHIA

ARTIGO

URBANIZAÇÃO EM CIDADES PEQUENAS: O CASO DE NOVA CANAÃ/BA

URBANIZATION IN SMALL CITIES: THE CASE OF NOVA CANAÃ/BA

ÍTALO COSTA VAZ SANTANA

Graduado em Geografia pela UESB. Professor da Rede Pública de Ensino da Bahia. E-mail: italo_cvs@yahoo.com.br

RESUMO

Este artigo tem como objetivo central estudar o processo de produção histórica da cidade de Nova Canaã/BA, levantando a discussão sobre urbanização como processo e a influência desse nas cidades pequenas. A metodologia empregada concentrou-se em leituras bibliográficas acerca do tema proposto, pesquisa documental em órgãos públicos, arquivos pessoais e nas entrevistas diretas com moradores da cidade. O espaço geográfico está em constante movimento e alteração, com o urbano não é diferente. A urbanização deve ser entendida como um processo que acontece gradativamente e contribui com as alterações das cidades ao longo dos anos, criando e reconstruindo novos espaços. Pensar na urbanização é considerar que, tanto as grandes, como as médias e pequenas cidades estão incluídas nesse processo, ainda que de forma diferente. Pode-se afirmar que a construção da cidade de Nova Canaã, apesar de ter sido, em grande parte, incomum às demais cidades, por ser fundamentada na educação, teve um processo lento em relação a outras cidades do estado. A economia, nas primeiras décadas, estava centralizada principalmente na produção agropecuária, o que ocorreu uma inversão no ano de 1999, quando o setor terciário passou a ser o principal motor da economia municipal.

Palavras-chave: Cidade; Urbanização; Cidades Pequenas.

Abstract

The main objective of this article is to study the historical production process in the city of Nova Canaã/BA, raising the discussion about urbanization as a process and its influence in small cities. The methodology employed focused on bibliographic readings on the proposed theme, documentary research in public agencies, personal archives and in direct interviews with city dwellers. The geographical space is in constant movement and change, with the urban area it is no different. Urbanization must be understood as a process that happens gradually and contributes to the changes in cities over the years, creating and rebuilding new spaces. To think about urbanization is to consider that both large, medium and small cities are included in this process, albeit in a different way. It can be said that the construction of the city of Nova Canaã, despite being, to a large extent, unusual to other cities, because it is based on education, had a slow process in relation to other cities in the state. The economy, in the first decades, was mainly centered on agricultural production, which reversed in 1999, when the tertiary sector became the main driver of the municipal economy.

Keywords: City; Urbanization; Small Town.

INTRODUÇÃO

As cidades não são estáticas. Cada uma obedece a um processo que transforma e estimula seu crescimento populacional e econômico, desde a sua fundação. Sejam influenciadas por incentivos governamentais, interesses privados, sobretudo imobiliários, por exemplo, algumas cidades crescem e tomam grandes proporções territoriais, fortalecendo, por outro lado, seus papéis como polos regionais, estaduais e, até mesmo, nacionais, como algumas metrópoles.

Ao analisar essa perspectiva, trazemos para a discussão o caso de Nova Canaã (Figura 1). A cidade faz parte de um município no interior da Bahia, que tem sua dinâmica econômica baseada, mormente, no setor terciário e na pecuária, segundo dados do PIB divulgados pelo Censo de 2010 (IBGE, 2010). Ainda de acordo com informações colhidas no banco de dados do IBGE, foi formada, inicialmente, como povoado de Água Fria, em 1925, sendo subordinado ao município de Poções. Em 1935, então, foi elevado à condição de distrito e, na década de 1960, emancipado com a denominação de Nova Canaã.

A cidade tem investimentos restritos, quando se fala sobre o setor industrial. A agricultura é, em sua maioria, familiar e destinada ao consumo local. O setor terciário atende às necessidades da população urbana e rural do município e, quando o assunto são os serviços mais especializados, os habitantes buscam satisfazer suas necessidades em polos regionais e nacionais, como Poções, Vitória da Conquista

e Salvador. Dessa forma, é um exemplo de uma cidade pequena que necessita de outros recursos contidos em cidades de maior porte, em sua volta, muito dos quais não são disponibilizados na sua dinâmica urbana e quando são estão em forma restrita.

Busca-se, com este artigo, trazer para a discussão assuntos relacionados com as cidades, especialmente as de pequeno porte. Ao analisar esse espaço urbano devemos ainda lembrar, e estudar juntamente, a influência da urbanização nesse processo, o que acarreta constantes transformações e novas conjunturas.

Pensando dessa forma, torna-se necessário conhecer sua história, desde sua fundação como vila. Para isso, foram realizadas entrevistas com moradores locais, mais idosos, buscando o aprofundamento histórico do processo de construção da cidade de Nova Canaã/BA. Ainda foram feitas pesquisas documentais em órgãos públicos e com moradores, com o objetivo de reunir fotografias e documentos históricos. Considerando que a pesquisa bibliográfica é de suma importância para a discussão sobre cidades, fez-se necessário discutir sobre os conceitos de urbanização e a diferença que existe entre os conceitos de rural e urbano.

O texto está estruturado em quatro partes, incluindo a introdução e considerações finais. Inicialmente, discute-se sobre os conceitos de urbanização, debatendo sobre esse processo na esfera nacional e estadual. Ainda nesse quesito, faz-se ponderações sobre as cidades consideradas urbanas e rurais, trazendo para a reflexão o tema relacionado com as

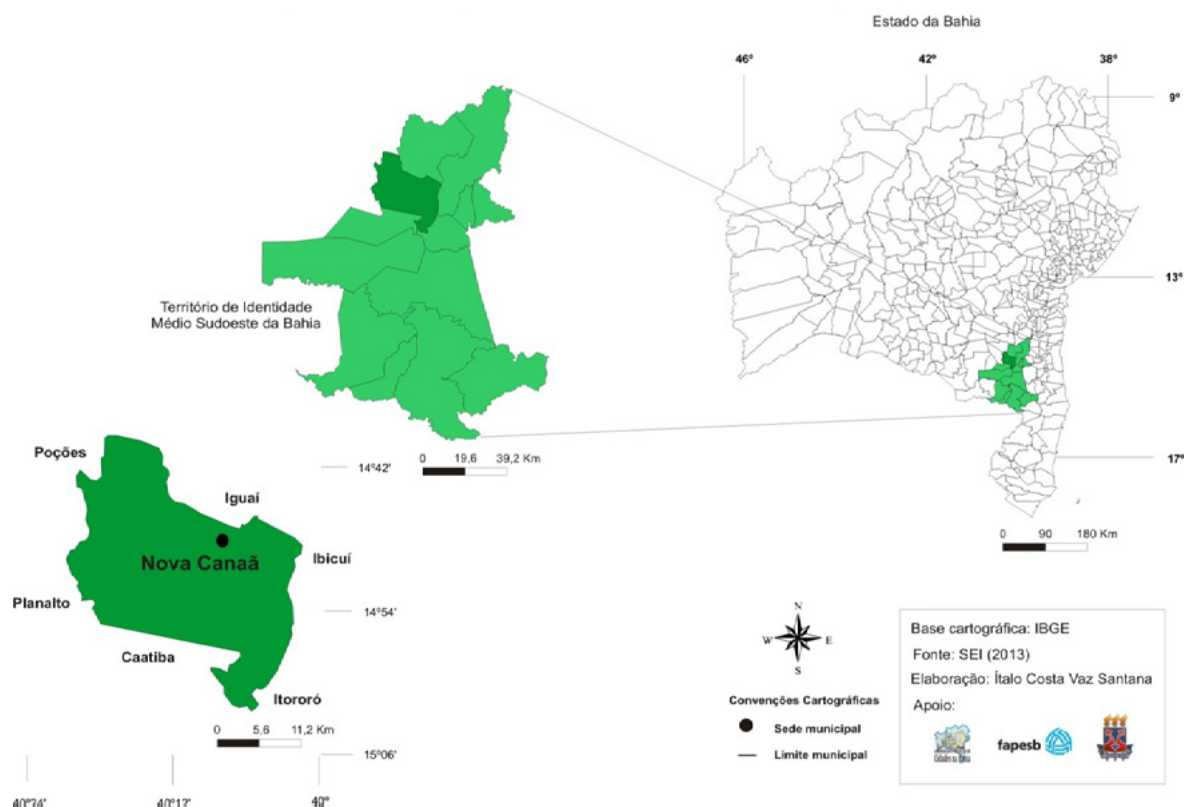


Figura 1. Mapa de localização da cidade de Nova Canaã no estado da Bahia.

cidades pequenas. Em seguida, o contexto histórico de Nova Canaã/BA é retratado, considerando seus principais aspectos históricos e sua influência no seu quadro atual. Por fim, refletimos com ponderações sobre a necessidade de pensar acerca da influência dos agentes transformadores do espaço nas cidades pequenas.

Brasil e Bahia: urbanização e transformações das cidades pequenas

Segundo Sposito (2004), a urbanização é um processo longo, que surgiu junto com as primeiras cidades e se concretiza através de diversos modos de produção. Neves conceitua urbanização como o "[...] fenômeno caracterizado pela preferência que as pessoas têm de morar na cidade" (NEVES, 1985, p. 55). Considerando esse aspecto, Santos (1998) informa que a urbanização brasileira começou a ser desenvolvida no século XVIII, quando as cidades se tornaram ponto principal de morada dos grandes fazendeiros e senhores de engenhos.

É importante falar sobre a urbanização brasileira considerando a evolução da população ao longo dos anos como um dos elementos principais para a consolidação de determinados lugares. Segundo Maricato (2008), em 1940 as cidades abrigavam 18,8 milhões de habitantes e no ano de 2000 esse número chegou a cerca de 138 milhões de pessoas. Somente entre as décadas de 1940 e 1980 que a taxa de urbanização no país acelerou de forma considerável, passando de 26,35% em 1940, para 68,86% em 1980 o número de pessoas que viviam nas cidades, sendo esse o período que, pela primeira vez, a população urbana ultrapassou a população rural em números (SANTOS, M., 1998).

De acordo com Santos, esse processo ocorreu no Brasil, principalmente, por uma nova conjuntura política e social, atrelada às consequências do desenvolvimento econômico do país, bem como à crise mundial de 1930, resultada da queda da Bolsa de Valores de Nova Iorque em 1929, e ao período entre as duas guerras mundiais (SANTOS, 2008, p. 42).

Como declara Maricato (2008), essa urbanização só se consolidou devido ao impulso de acontecimentos históricos que marcaram o país, como a emergência do trabalhador livre, proclamação da república, uma indústria ligada à cafeicultura (mesmo que de forma incipiente) e às necessidades básicas do mercado interno.

Para abrigar todas essas novas pessoas, advindas do campo, as cidades tiveram que ser reinventadas. Maricato descreve essas reformas "à moda" das periferias, pois foram realizadas obras de saneamento para eliminação de epidemias, embelezamento paisagístico e, acima de tudo, foram implantadas as bases legais para investimentos no mercado imobiliário capitalista. Tal política acabou ocasionando a expulsão da população, instalando-a nas franjas e periferias das cidades (MARICATO, 2008).

Santos (1998) descreve sobre a urbanização que revela uma nova configuração das cidades, a inclusão da técnica,

que para além das cidades levou ao campo a modernização da agricultura e trouxe para a realidade brasileira uma nova proposta de se pensar a urbanização. A cidade, que antes era dos notáveis, passa a se tornar uma cidade econômica, na qual o agricultor, o veterinário, o bancário e o responsável pelo comércio especializado passam a ser personalidades cada vez mais existentes nessa nova configuração do urbano.

Cada cidade exerce uma função específica na dinâmica urbana nacional. Antigamente, pensava-se que as cidades seguiam uma hierarquia relacionada com tamanho e com função. Porém, "[...] hoje, cada cidade é diferente da outra, não importa o tamanho, pois entre as metrópoles também há diferença" (SANTOS, 1998, p. 53).

Se no Brasil houve uma inversão entre a população rural e a urbana, na Bahia também aconteceu esse processo. Porém, como aponta Santos (2008), a inversão da população baiana só ocorreu no início da década de 1980, quando, segundo dados do IBGE, a população urbana superou a rural. A população urbana cresceu 41,2% em 1970 e 49,3% em 1980¹.

Segundo Silva *et. al.* (1989), a urbanização baiana começou após o ano de 1534, com a instituição das Capitânicas Hereditárias e a criação do primeiro Governo Geral. Para os autores, essas duas políticas, além de influenciar o processo de colonização tanto no Brasil, quanto na Bahia, contribuíram para a urbanização, já que:

[...] nas cartas-régias estava explícito o direito dos donatários de 'fazer todas e quaisquer povoações que se chamarão vilas', as quais deveriam possuir 'térmo', jurisdição, liberdade e insígnias de vilas segundo a forma e costume de meus Reinos (SILVA *et. al.* 1989, p. 36).

Outro fator apontado por Silva *et. al.* (1989) foi o surgimento de aldeamentos resultantes das missões jesuítas, como também a instituição de uma economia centralizada na exportação que estimulou a instalação de engenhos e fazendas destinadas à produção de cana-de-açúcar. Assim, o conjunto de atividades econômicas ao longo dos anos, atrelado à prestação de serviços jurídicos e religiosos oferecidos no interior, contribuiu, de forma significativa, para o aumento na quantidade de novos núcleos populacionais, influenciando para o aumento e a modificação do sistema urbano baiano.

A pecuária e a mineração no sertão baiano contribuíram para o surgimento de novos centros populacionais, o que influenciou as novas relações sociais e econômicas do estado. Atrelado a isso, a crescente exploração de diamantes na cidade do Cabo (África do Sul) e o baixo preço dos minérios extraídos da cidade africana contribuíram para a decadência de inúmeras cidades baianas que tinham sua economia centrada na mineração (SILVA *et. al.* 1989).

As inovações industriais, bem como na açucareira, como também a inserção de um sistema viário centralizado, inicialmente, nas ferrovias, e a regulação de um sistema integrado de correios contribuíram para o crescimento dos aglomerados urbanos. Para exemplificar esse aumento de

cidades e vilas no sistema urbano baiano, Silva *et. al.* (1989) informam que em 1822 a Bahia possuía 30 vilas e apenas uma cidade (Salvador). Logo em 1875 a quantidade de vilas dobrou para 61 e as cidades passaram a somar cinco. No final do século XIX, o número total de vilas atingiu 80 e as cidades subiram para 43.

Em 1920, após a nova estrutura político-administrativa do Estado, em que cidades são consideradas as sedes dos municípios e as vilas como sede dos distritos, o número de centros urbanos considerados como cidades na Bahia ascendeu para 136. Na década de 1980, a Bahia já totalizava 336 cidades e em 2010 esse número subiu para 417.

Para Santos (2009), o processo de urbanização contemporâneo só foi possível graças à influência da Primeira Revolução Industrial no século XVIII e, no século XX, às alterações nos sistemas de comunicação e circulação, o que Santos (1998) chamou de meio técnico-científico-informacional. Segundo o Censo de 2010, 72,07% da população baiana vive nas áreas urbanas. Desses, 34,7% estão concentradas somente na Região Metropolitana de Salvador (RMS). Entretanto, 59,98% da população urbana baiana estão distribuídas nas 24 cidades que possuíam, no contexto histórico, mais de 50.000 habitantes.

Portanto, verifica-se que 40,02% da população urbana da Bahia vivem nas 393 cidades com população inferior a 50.000 habitantes, o que nos revela que o estado da Bahia tem também forte característica de cidades pequenas. Se tomarmos como base os números absolutos do estado (72,07%) é possível afirmar que a Bahia é um estado urbano, mas deve-se ter cuidado, considerando que a unidade federativa possui 94% do seu território constituído de municípios pequenos.

E quando relacionar com as transformações nas cidades pequenas? Tal questão levanta a necessidade de um estudo aprofundado sobre essa problemática. Existem cidades pequenas que passaram por um processo de urbanização e, conseqüentemente, uma inversão da população rural para urbana, como são os casos de Firmino Alves, Ibicuí, Iguai, Itambé, Itapetinga, Itarantim, Itororó, Macarani, Maiquinique, Potiraguá, Santa Cruz da Vitória², Poções e Planalto³. Porém, ainda há aquelas que não tiveram a inversão da sua população, como é o caso de Nova Canaã e Caatiba. Se considerarmos as cidades pequenas, com menos de 50.000 habitantes, obtemos a quantia de 197 cidades com a maioria da sua população ainda residente na zona rural do município. Entretanto, 196 cidades já inverteram sua população, obtendo uma concentração maior nas zonas urbanas dos municípios.

Essa problemática entre “urbano x rural” nas cidades pequenas é expressa na cidade de Nova Canaã, no qual, segundo o último censo realizado pelo IBGE em 2010, 59% da população do município ainda viviam na zona rural. Nova Canaã possuía, em 2010, 16.713 habitantes, que estão distribuídas como sendo: 9.861 que vivem na zona rural

e 6.852 habitam nas zonas urbanas do município, sendo que desses, 5.774 residem na cidade, a sede. Segundo a estimativa do IBGE para o ano de 2018, o município totaliza 16.451 habitantes.

O processo de produção de Nova Canaã

Antes mesmo da existência do distrito de Nova Canaã e sua vila, a população da região residia na vila de Água Fria. Povoado criado 1925, foi elevado à categoria de distrito pelo Decreto Estadual nº 9.490 de 24 de abril de 1935. Pertencente ao município de Poções, Água Fria estava localizada às margens da atual BA-262, a região é composta por um relevo montanhoso, pertencente ao domínio morfoclimático dos Mares de Morros e possui uma drenagem hídrica realizada pelo Rio do Vigário, o qual passava exatamente no meio da vila (Figura 2).



Figura 2. Atual área onde era instalada a vila de Água Fria.
(Foto: Ítalo Santana - Pesquisa de campo/Abril de 2014)

Segundo relato de moradores, a vila de Água Fria, apesar de pequena, possuía um comércio forte que atendia às necessidades da população que residiam na região. Tal comércio contava com lojas de tecidos e varejo, armazéns e uma feira livre. Também existia na vila um cartório de paz, igreja e escola de ensino primário⁴. Segundo Matos e Oliveira, a vila de Água Fria “[...] cresceu e se tornou próspera, atraindo muitos moradores de outros municípios motivados pela lavoura de café” (MATOS; OLIVEIRA, 1999, p. 70).

Por se tratar de uma região muito montanhosa, o que impossibilitava a expansão e crescimento de Água Fria, na década de 1940 começou a se fundamentar o pensamento de construir uma nova vila, num outro local, que possibilitaria o crescimento. O projeto de construí-la, num lugar mais acessível, começou a ser formado pela família Matos, entre os irmãos Leovegildo, Bernardino, Sinfrônio e Inocêncio Rodrigues de Matos (MATOS; OLIVEIRA, 1999). O projeto de transição toma força e, por iniciativa dos irmãos Matos, a Fazenda Caldeirão é adquirida com o intuito de construir a nova vila.

A vila de Nova Canaã começou a ser formada no ano de 1942⁵, com construção de casas de adobe de barro e cobertas com telhas e outras de pau-a-pique cobertas de palhas de coqueiros. Assim como Água Fria, ela se tornou próspera, atraindo diversas famílias, como os Vieira, Maia, Andrade, Martins, Costa, Vaz, Sandes, Peixoto, Sampaio e outras. Com o crescimento, a população residente em Água Fria foi incentivada para se deslocar para Nova Canaã e, assim, por volta do ano de 1947, Água Fria começou a entrar em decadência⁸, até deixar de existir, como retratado na Figura 2. Em agosto de 1945, foi inaugurada a Primeira Igreja Batista de Nova Canaã (MATOS; OLIVEIRA, 1999).

Diferente da maioria das cidades, Nova Canaã teve sua base fundamentada na educação. Uma das preocupações da família Matos, logo que chegou a essa região, foi a educação dos seus filhos e, por isso, antes mesmo da construção da nova vila, foi construído o primeiro prédio para o funcionamento de uma escola na Fazenda Floresta, de propriedade do Sr. Bernardino Rodrigues de Matos. Alguns dos filhos do Sr. Bernardino foram estudar em Jaguaquara, enquanto outros começaram a sua vida escolar na região e, para isso, o Sr. Bernardino conseguiu trazer a professora Ana Dulce para ensinar os outros filhos, e construiu também uma residência para a professora. Anos mais tarde, a referida escola recebeu o nome de Educandário Batista Florestal, foi assim que surgiu o Instituto Florestal Batista, hoje atual Colégio Florestal, e que abrigou o ensino em Nova Canaã. Em 1932, o Educandário Batista Florestal já possuía proporções maiores, abrigando o ensino de 1ª a 5ª séries, com um quadro docente com profissionais vindos até da cidade de Recife (MATOS; OLIVEIRA, 1999).

Por oferecer um ensino de qualidade, o Educandário Batista Florestal tornou-se referência na região, mesmo antes da emancipação política do distrito de Nova Canaã que, anos depois, se tornaria um polo educacional para toda a região, oferecendo além do ensino primário o ensino ginásial e, também, técnico.

Ainda como vila, Nova Canaã crescia rapidamente. Possuía comércio forte, que atendia a população local. Existiam armazéns para venda e compra de produtos produzidos na região, como o café, cacau, fumo e despolpadeira, como também a venda de madeiras extraídas na região. O comércio possuía lojas de venda de tecidos, alfaiataria, farmácia, consultório dentário e médico, mercearias e a feira livre que estava localizada na praça principal.

Em 1949, a Igreja Batista assumiu a responsabilidade da direção do Educandário Batista Floresta e decidiu, em sessão, que seria à hora de construir um novo prédio para que ele pudesse atender à população em geral da Vila de Nova Canaã. Então, em 1950, foi inaugurado e seu nome foi alterado para Instituto Florestal Batista⁶ (Figura 3).

Em 1954, cerca de 14 professores formavam o corpo docente do Instituto, ministrando aulas para as séries primárias e fazendo desse ensino uma referência

de educação de qualidade para toda a região. No ano de 1955, a Igreja Batista formou uma comissão para planejar a instituição do ensino ginásial no Instituto Florestal Batista, o que se concretizou em 19 de setembro de 1957, com a criação da Sociedade Educadora "Ginásio Florestal", com a 1ª série, após exames de admissão fiscalizados pelo Dr. Otoniel Mota, da Secretaria de Educação e Cultura da Bahia (SEC)⁹.

O ensino na vila sempre foi priorizado pelos fazendeiros e personalidades importantes de Nova Canaã, fato que contribuiu significativamente para o crescimento da região. O Instituto Florestal Batista, ao se tornar um polo educacional na região, atraiu estudantes de diversos municípios e vilas adjacentes. É importante destacar que, ainda como vila, Nova Canaã possuía o único colégio com ensino ginásial da região, o que não era encontrado nem em Poções, sede do município⁷.



Figura 3. Prédio do Ginásio Florestal – década de 1960.
(Foto: Arquivo pessoal de Ítalo Santana)

Com o crescimento da vila, no ano de 1958, Nova Canaã já possuía 1067 habitantes (IBGE, 1958). As autoridades e representantes locais decidiram formular um abaixo assinado pedindo a emancipação política de Nova Canaã, o qual foi enviado a solicitação para os deputados federais Dr. Manoel Novaes e Neco Novaes⁸. A emancipação política do município se concretizou por meio do Decreto Estadual nº 1.540 de 21 de outubro de 1961, publicado no Diário Oficial do Estado da Bahia no dia 08 de novembro de 1961 (MATOS; OLIVEIRA, 1999).

Com a criação do município de Nova Canaã, em 03 de outubro de 1962 foi realizada a primeira eleição disputada por três candidatos, Pr. Jezimiel Norberto da Silva pelo Partido Republicano (PR); Samuel Miranda, pelo Partido Social Democrático (PSD); e Antônio João de Oliveira, pela União Democrática Nacional (UDN). Em abril de 1963, foi empossado o Pr. Jezimiel Norberto da Silva como o primeiro prefeito do novo município (MATOS; OLIVEIRA, 1999).

A administração municipal funcionou em duas casas antes da construção da sede própria, ainda na década de 1960 (Figura 4). Em 1963, através da Lei nº 8 de 22 de setembro, foi instalada a Biblioteca Municipal (NOVA CANAÃ, 1963). Em outubro de 1964, através da Lei nº 14, foi criado o Departamento Municipal de Energia Elétrica que tinha como função executar o serviço de eletricidade, bem como ampliar a rede elétrica (NOVA CANAÃ, 1964).



Figura 4. Construção da Prefeitura de Nova Canaã – década de 1960. (Foto: Arquivo pessoal de Ítalo Santana)

A produção de café no município teve seu ponto alto na década de 1960 e a erradicação ocorreu decorrente de incentivos governamentais para o plantio da mandioca. Panagides (1969) discorre sobre o Grupo Executivo de Racionalização da Cafeicultura (GERCA), agência integrada ao Instituto Brasileiro do Café (IBC), e sua influência na política de diversificação do café, atrelado à erradicação daqueles com baixa produtividade.

Iniciou-se em agosto de 1966 uma nova fase na política do GERCA, com maior financiamento e maior ênfase à diversificação. Pela nova política, o plantador era obrigado a cultivar certos produtos decididos de antemão, e assim estava apto a receber o subsídio de erradicação (PANAGIDES, 1969 p. 45).

Nesse sentido, os produtores que possuíam cafezais receberam pagamentos do governo para que os pés de café fossem arrancados e substituídos por outras culturas. Um dos principais motivos para a erradicação do café na região foi à baixa produtividade do café arábica e a instituição de um novo tipo, que dependia, essencialmente, de altitudes mais elevadas para produção (800 metros de altitude, uma vez que o município encontra-se em torno de 400 metros de altitude)⁹.

Em 08 de julho de 1969, o segundo prefeito do município, Waldemar Andrade do Nascimento, através da Lei nº 58, criou o Departamento Municipal de Comunicações, com a finalidade de instalar o serviço telefônico na cidade (NOVA CANAÃ, 1969). Em 30 de julho de 1971, foi criada a Escola Normal Noeme Martins Matos, instituição ligada ao Ginásio Florestal (MATOS; OLIVEIRA, 1999).

Ainda em 1971, por força da portaria nº 8.202/71, publicada no Diário Oficial de 31 de dezembro de 1971, o nome Ginásio Florestal foi mudado para Colégio Florestal. No mesmo momento, a Sociedade Educadora "Ginásio Florestal", que foi criada com o objetivo de manter o funcionamento do Colégio Florestal e acompanhar o ensino ali desenvolvido, passou a ser chamada de Sociedade Educadora Florestal, mantendo o Colégio Florestal com duas habilitações em 2º grau (MATOS; OLIVEIRA, 1999).

Em 1972, foi construída e inaugurada a Casa de Saúde e Maternidade Edimir de Souza Costa, atendendo a população local com serviço médico e hospitalar.

Até então, o ensino no Colégio Florestal era particular, estudavam filhos daqueles que podiam pagar a anuidade. No entanto, para facilitar o acesso ao curso ginasial aqueles que não tinham condições financeiras, em 1983 a administração do Colégio Florestal assinou um convênio "Sessão de Sala", com a Secretaria de Educação e Cultura do Estado da Bahia, o que possibilitou o acesso ao ensino à população de baixa renda. Anos mais tarde, o estado da Bahia assumiu por completo o Colégio Florestal e o ensino se tornou totalmente gratuito¹⁰.

Em 1986, com uma parceria entre o Colégio Florestal, professores e prefeito, foi fundado o Curso Técnico em Agropecuária, o que possibilitou apoio de órgãos como a Comissão Executiva do Plano da Lavoura Cacaueira (CEPLAC) e a Empresa Assistência Técnica Extensão Rural Bahia (EMATERBa). Tal curso foi encerrado em 1991, por ordem da Secretaria de Educação e Cultura (MATOS; OLIVEIRA, 1999).

Para o Sr. Josafá Malta, morador da região desde a vila de Água Fria, o Colégio Florestal "foi muito bom para o desenvolvimento" da cidade de Nova Canaã. Sendo um polo de ensino regional, abrigando alunos de Poções, Iguai, Ibicuí, Itajaí e Icarai. Naquele contexto, o Colégio possuía "curso de enfermagem, de contabilidade, curso normal e o ginasial". Segundo a ex-professora do Colégio, Ruth Aranha, um dos fatores que contribuiu para a importância do ensino foi à qualificação dos profissionais que lecionavam na instituição, os quais saíam para participarem de cursos de aperfeiçoamento, como era o caso do curso da CADES¹¹. Para a ex-professora, a Sociedade Educadora Florestal, que também era uma instituição mantenedora do Colégio, atuou como importante recurso para avaliação e solução de eventuais problemas da educação oferecida.

Atualmente, o Colégio Florestal possui o Ensino Fundamental II de 6º ao 9º ano (antigo ginasial) e Ensino Médio de 1º ao 3º ano, como também o curso de Educação de Jovens e adultos (EJA), equivalente ao Ensino Fundamental II e 2º Grau. A educação está dividida em várias turmas sob a responsabilidade do município e do estado, devido a municipalização do Ensino Fundamental.

Por se tratar de algo incomum na realidade do surgimento de novas cidades, Nova Canaã teve toda a sua estrutura fundamentada na educação. A história do Colégio Florestal mistura-se com a história de construção e crescimento do município.

Segundo dados do Produto Interno Bruto (PIB), colhidos pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pela Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia (SEI) e pelo IBGE, Nova Canaã possui hoje uma economia centralizada, principalmente, no setor terciário, incluindo atividades comerciais e oferecimento de serviços à população (Tabela 1).

Tabela 1: Percentual do Produto Interno Bruto (PIB¹), por setores, Nova Canaã – Bahia – 1949/2009.

Setor/Ano	1949	1959	1970	1980	1999	2009
Agricultura	*	*	56,51	57,41	24,61	24,33
Indústria	*	*	3,38	9,24	8,99	8,14
Terciário²	*	*	40,11	33,35	66,4	67,53
Total	-	-	100	100	100	100

Organização: Grupo de Pesquisa Urbanização e produção de cidades da Bahia Coordenado pelo Prof. Dr. Janio Santos.

Fontes: 1949 a 1980 - IPEA, base de dados do Ipeadata; 1999 e 2009, SEI.

Notas: 1 - A partir de 1999, adotou-se uma nova metodologia para o cálculo do PIB;

2 - Inclui as atividades comerciais e de serviços;

* - Município não emancipado ou dados indisponíveis.

Percebe-se então que, apesar das diferenças de metodologia empregadas pelos órgãos de pesquisa, a análise através da tabela acima nos diz que, durante as décadas de 1970 e 1980, a produção agrícola era responsável por movimentar a economia da cidade. O município também conta com pecuária dividida entre criação de bovinos, aves, produção de leite, bem como na criação de equinos, suínos e caprinos (IBGE, 2006). Como também, produção de café tipo arábica, banana, feijão, cana-de-açúcar, milho em grão, mandioca e laranja (Tabela 2).

Por ser pouco mais de 67% do PIB do município referente ao setor terciário, o município possuía em 2014, por exemplo, oito lojas de material para construção, cinco

supermercados e quatro mercados, quatro farmácias, cinco oficinas mecânicas, três postos de saúde na cidade e mais três no município, e um hospital. Assim, o comércio da cidade possui atividades que atendem as necessidades imediatas da população local e está concentrado, em sua maioria, na Avenida Juracy Magalhães.

Diante do que foi exposto, pode-se afirmar que a construção da cidade de Nova Canaã, apesar de ter sido, em grande parte, incomum às demais cidades, por ser fundamentada na educação, teve um processo lento em relação a outras cidades do estado. A economia, nas primeiras décadas, estava centralizada principalmente na produção agropecuária, o que ocorreu uma inversão no ano de 1999, quando o setor terciário passou a ser o principal motor da economia municipal.

Considerações Finais

Pensar na Geografia atual é, também, refletir nas alterações que cada localidade passa, de forma diferenciada uma das outras. Nesse sentido, como a Geografia engloba várias áreas de estudo e pesquisa, é necessário que ela embarque nessas novas conjunturas do mundo globalizado e ofereça sua contribuição, analisando aspectos que envolvam a relação sociedade no processo histórico de produção do urbano.

Portanto, este artigo se torna de extrema importância para a Ciência Geográfica. Para a Geografia Urbana, a presente pesquisa se torna ainda mais relevante para os estudos sobre os pequenos aglomerados. Pesquisar sobre cidades pequenas se torna essencial, pois compõem grande parte da rede urbana brasileira, seus elementos e sua dinâmica urbana são fundamentais para o aprofundamento teórico sobre os temas levantados.

Desse modo, o presente estudo trouxe uma abordagem teórica que propôs esclarecer algumas dúvidas quanto às conceituações que muitas cidades pequenas recebem: se elas não são urbanas, por exemplo. Também foi retratada a influência que a urbanização brasileira e baiana tem sobre as muitas cidades pequenas existentes no território nacional.

Ao estudar todo o histórico da cidade de Nova Canaã entendemos, então, que sua urbe passou por vários processos de transformação, nos mais diferentes contextos históricos locais. Em determinadas épocas, a expansão foi mais intensa que outras.

Diante do que foi exposto, pode-se afirmar que a construção da cidade de Nova Canaã, apesar de ter sido, em grande parte, incomum às demais cidades, por ser fundamentada na educação, teve um processo lento em relação a outras cidades do estado. A economia, nas primeiras décadas, estava centralizada principalmente na produção agropecuária, o que ocorreu uma inversão no ano de 1999, quando o setor terciário passou a ser o principal motor da economia municipal.

Assim, concluímos que os agentes transformadores, estudados principalmente por Correia (1989), atuam de forma categórica na produção do espaço canaense. Sejam com

Tabela 2: Produção agrícola em Nova Canaã/BA – 2006.

Produto	Quantidade
Banana	1.535
Café arábica	2.236
Laranja	7
Cana-de-açúcar	866
Feijão de cor	7
Feijão fradinho	452
Mandioca	628
Milho em grão	78

Fonte: Censo Agropecuário/IBGE - 2006

aberturas de novos loteamentos, compra de novos terrenos, leis e decretos que alteram limites urbanos, Nova Canaã foi produzida para atender as demandas das necessidades da população local.

Entretanto, não podemos esquecer da influência que a sociedade tem na produção do espaço. Ela, inserida nesse processo, é capaz de suscitar uma transformação que atenda as suas necessidades, em busca da melhor qualidade de vida, do direito pleno à cidade. Em contrapartida, a própria sociedade se aquieta e ausenta-se das discussões sobre planejamento urbano das suas localidades.

Portanto, é preciso que a sociedade se torne crítica e se envolva nas questões urbanas, para que, assim, possa existir diálogo e entendimento entre a população e o poder público para a melhoria da localidade em que vivem. Todavia, participação é um processo educativo que precisa ser fomentado em ambientes formais e informais, bem como ser estimulado pelo poder público municipal.

Referências Bibliográficas

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. (Jurandyr Pires Ferreira - Plan. e Org.). Rio de Janeiro: IBGE, 1958. V. 21.

_____. **Censo Demográfico** – 2010. In: **Sidra**: Banco de dados. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.org.br>, acesso 01 abr. 2019.

_____. **Cidades@**: Banco de dados. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/ba/nova-canaa/historico>; Acesso em: 01 abr. 2019a.

MARICATO, Ermínia. **Brasil, cidades**: alternativas para a crise urbana. 3ª Ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

MATOS, Noeme Martins; OLIVEIRA, Agnaldo Menezes de. **Coletâneas do Colégio Florestal**. Nova Canaã: [S.I.], 1999.

NEVES, Laert Pedreira. **O crescimento de Salvador e das demais cidades baianas**. Salvados: Centro editorial e Didático da UFBA, 1985.

NOVA CANAÃ. Lei nº 8, de 22 de setembro de 1963. Autoriza a criação instalação da Biblioteca Municipal de Nova Canaã e dá outras providências. Nova Canaã, 1963.

_____. Lei nº 14, de 29 de outubro de 1964. Cria o Departamento Municipal de Energia Elétrica. Nova Canaã, 1964.

_____. Lei nº 56, de 8 de junho de 1969. Cria o Departamento Municipal de Comunicações. Nova Canaã, 1969.

PANAGIDES, Stahis. Erradicação do café e a diversificação da agricultura brasileira. In: **Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro, v. 23, 1969, p. 41-71.

SANTOS, J. **A cidade poli(multi)nucleada**: a reestruturação do espaço urbano em Salvador. 2008. 402 f. Tese (Doutorado em Geografia) – Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2008.

_____. Urbanização e produção de cidades na Bahia: reflexões sobre os processos de estruturação e reestruturação urbana. In: **Bahia Análise & Dados**, v. 19, 2009, p. 499-509.

SANTOS, M. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora Hucitec, 1998.

SILVA, S. C. B. M.; SILVA, B. C. N.; LEÃO, S. O.. **Urbanização e metropolização no Estado da Bahia**. 1ª. ed. Salvador-BA: Centro Editorial e Didático da UFBA, 1989.

SPOSITO, M. E. B. **O chão em pedaços**: urbanização, economia e cidades no Estado de São Paulo, 2004. 504f. Tese (Livre Docência)-Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente.

NOTAS

¹ Neves (1985).

² Municípios pertencentes ao Território de Identidade do Médio Sudoeste da Bahia.

³ Municípios que fazem divisa territorial com Nova Canaã.

⁴ Entrevista realizada com os moradores: Josafá Malta e Durval Sampaio (Março de 2014).

⁵ Entrevista realizada com o morador da cidade: Josafá Malta (Março de 2014).

⁶ Matos; Oliveira, 1999.

⁷ Entrevista realizada com o morador da cidade: Josafá Malta (Março de 2014).

⁸ Entrevista realizada com o morador da cidade: Elísio Almeida de Souza (Abril/2014).

⁹ Entrevista realizada com o morador: Renato Quadros, ex-presidente do Sindicato Rural Patronal de Nova Canaã e produtor rural (Abril/2014).

¹⁰ Entrevista realizada com o morador: Durval Sampaio Santana, ex-presidente da Sociedade Educadora Florestal e ex-professor do Colégio Florestal (Junho/2014).

¹¹ Campanha de Aperfeiçoamento e Difusão do Ensino Secundário, criada no governo de Getúlio Vargas pelo Decreto nº 34.638, de 14 de novembro de 1953.